

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Crédito e Caução Seguradora de Crédito e Garantias S.A. ("Seguradora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer Atuarial e do Parecer dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

ATIVO	2013	2012
Circulante	73.859	53.758
Caixa e bancos	4.438	2.591
Aplicações	19.669	19.191
Créditos das operações com seguros e resseguros	8.934	7.407
Prêmios a receber	7.871	7.177
Operações com resseguradoras	1.063	230
Outras provisões técnicas	39.332	21.864
Títulos e créditos a receber	96	1.545
Títulos e créditos a receber	96	1.442
Créditos tributários e previdenciários	96	103
Despesas antecipadas	-	4
Custos de aquisição diferidos	1.390	1.156
Seguros	1.390	1.156
Não circulante	1.674	1.224
Realizável a longo prazo	1.503	1.052
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.236	847
Empréstimos e depósitos compulsórios	29	205
Seguros	238	205
Imobilizado	171	172
Bens móveis	171	100
Outros imobilizados	-	72
Total do ativo	75.533	54.982

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Crédito e Caução Seguradora de Crédito e Garantias S.A. ("Seguradora") foi constituída em 5 de setembro de 2006 e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 2.568, de 1º de dezembro de 2006, tendo o início de suas operações de seguros com emissão de apólices a partir de 1º de setembro de 2007. A Seguradora tem por objeto social a operação de seguros de crédito e garantias, em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 27 de fevereiro de 2014.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo exceções que são descritas no **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos no plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar pela Circular SUSEP nº 464/13. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 464/13, a Demonstração de Fluxos de Caixa está sendo divulgada pelo método indireto. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve resultados abrangentes, não sendo, desta forma, apresentada demonstração específica de resultados abrangentes.

2.2. Conversão de moeda estrangeira: **2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Seguradora. **2.2.2. Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento dos saldos, o reconhecimento em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de caixa, são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e representam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação e mensuração:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.4.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **2.4.1.2. Mantidos até o vencimento:** São os títulos e valores mobiliários, para os quais a Seguradora possui uma intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **2.4.1.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções no valor recuperável. **2.4.1.4. Títulos disponíveis para venda:** São os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" e são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contra partida da conta específica do patrimônio líquido. **2.4.2. Impairment de ativos financeiros:** **2.4.2.1. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber):** A Seguradora avalia, a cada data de balanço, se há evidência de que um determinado ativo classificado no custo amortizado, incluindo ativos desta categoria, esteja deteriorado ou "impaired". Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado (impaired), a Seguradora somente registra a perda no resultado do período, se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de impairment, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem: • base histórica de perdas e inadimplência; • dificuldade financeira significativa do segurador; • quebra de contratos como inadimplência ou atraso nos pagamentos; • possibilidade de o segurador entrar em concordata ou falência. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 90 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos, mas não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer, sendo que até a presente data não houve a necessidade de constituição. A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito, sendo que até a presente data não houve a necessidade de constituição. Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos, em consonância com determinações da SUSEP, é adequada e reflete o impacto de perdas e termos. **2.5. Ativos relacionados a resseguros:** A cessão de resseguros é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar o risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de seguro de resseguro. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados ao seu valor justo na data em que é celebrado o contrato e, na sua avaliação subsequente, com mudanças no valor justo, registradas no resultado do período. Atualmente a Seguradora não possui nenhuma posição em instrumentos financeiros derivativos. **2.7. Contratos de seguro:** Na adoção inicial do CPC 11, a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurador no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetado adversamente. **2.8. Custos de aquisição para ativos financeiros:** Os custos de aquisição para ativos financeiros são os custos incorridos na obtenção de contratos de seguros e o custo do período do risco ainda não decorrido. Os ativos são avaliados proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.9. Ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. **2.9.1. Imobilizado:** Imobilizado - está demonstrado ao custo e a depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme as seguintes taxas anuais; equipamentos e veículos - 20%; móveis - 10%; Outras imobilizações - refere-se a beneficiárias em imóveis de terceiros, demonstrado ao custo e amortizada linearmente conforme a vigência do contrato de locação, com base na seguinte taxa anual; beneficiários - 100%. **2.9.2. Impairment de ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros são avaliados por impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados os ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGLs). **2.10. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** **2.10.1. Passivos contingentes:** Referem-se à obrigações presentes, decorrente de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros com incerteza. São classificadas como (a) perdas prováveis, onde a perda é provável, onde são constituídas provisões; (b) perdas possíveis, onde são divulgadas, quando relevantes; e (c) perdas remotas, onde não requerem provisão e divulgação. Essas classificações são avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela administração da Seguradora. Os valores são baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente. Até a presente data a Seguradora não é parte em nenhuma ação ou processo judicial. **2.10.2. Obrigações legais:** Relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade são objetos de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão e permanecem registradas até a fase de trânsito em julgado. **2.11. Passivos de contrato de seguro:** **2.11.1. Provisões Técnicas:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro. Os passivos de contrato de seguro são avaliados com base nas provisões técnicas anteriores, ou seja, políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante e são utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, para avaliação de contratos de seguro a Seguradora aplicou o teste de adequação de passivos, dentre outras políticas aplicáveis. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA) descritas a seguir: (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela dos prêmios correspondentes ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Resseguro de Prêmios (PPR), através da Circular SUSEP nº 462/2013, foi tratada, em parte, por Outras Provisões Técnicas as quais deverão ser revertidas totalmente até 31 de dezembro de 2014. A Seguradora decidiu extinguir o saldo remanescente da PPR em 31 de dezembro de 2013. (c) A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), através da Circular SUSEP nº 462/2013, foi transferida para Outras Provisões Técnicas as quais deverão ser revertidas totalmente até 31 de dezembro de 2014. A Seguradora não mantém nenhum saldo remanescente da PIP. (d) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. Essa estimativa é calculada com base na metodologia prevista em NTA, a qual foi inicialmente adotada em agosto de 2012. A metodologia baseia-se na aplicação de um percentual médio de provisão de risco de 13,7% para o período de 12 meses, considerando o montante de provisão de risco de 13,7% para o período de 12 meses. **4.1.1. Análise de sensibilidade da lateralidade da sinistralidade:** A Seguradora efetuou a análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista, pessimista, com base na análise de sensibilidade histórica da Seguradora. Esse estudo é submetido à apreciação da administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos das oscilações nos índices de sinistralidade da Seguradora:

	2013	2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
Circulante	57.132	35.640
Contas a pagar	1.598	960
Obrigações a pagar	691	208
Impostos e encargos sociais a recolher	686	568
Encargos trabalhistas	172	135
Impostos e contribuições	49	69
Débitos de operações com seguros e resseguros	11.359	9.479
Operações com resseguradoras	107	8.509
Corretores de seguros e resseguros	957	897
Provisões técnicas - seguros	44.165	25.181
Danos	44.165	25.181
Não circulante	1.963	1.372
Provisões técnicas - seguros	1.963	1.372
Danos	1.963	1.372
Patrimônio líquido	16.438	17.970
Capital social	18.820	18.820
Prejuízos acumulados	(2.382)	(850)
Total do passivo e patrimônio líquido	75.533	54.982

no plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar pela Circular SUSEP nº 464/13. **Resultado do Exercício - Prêmios Emitidos -** Os prêmios emitidos pela Seguradora totalizaram R\$ 27.376 mil (R\$ 23.388 mil - 2012), crescimento de aproximadamente 14,57%. **Resultado Financeiro -** O resultado financeiro totalizou R\$ 2.079 mil (R\$ 2.148 mil - 2012), e decorre principalmente de recursos livres aplicados em quotas de fundos de investimentos - não exclusivos. O resultado financeiro demonstra uma queda de rentabilidade, quando comparada com o exercício anterior, proveniente, principalmente, do ajuste das taxas de

	2013	2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
Circulante	57.132	35.640
Contas a pagar	1.598	960
Obrigações a pagar	691	208
Impostos e encargos sociais a recolher	686	568
Encargos trabalhistas	172	135
Impostos e contribuições	49	69
Débitos de operações com seguros e resseguros	11.359	9.479
Operações com resseguradoras	107	8.509
Corretores de seguros e resseguros	957	897
Provisões técnicas - seguros	44.165	25.181
Danos	44.165	25.181
Não circulante	1.963	1.372
Provisões técnicas - seguros	1.963	1.372
Danos	1.963	1.372
Patrimônio líquido	16.438	17.970
Capital social	18.820	18.820
Prejuízos acumulados	(2.382)	(850)
Total do passivo e patrimônio líquido	75.533	54.982

(PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosseguro, quando aplicável. (f) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) é constituída com base no cálculo da frequência média de sinistros avisados e o dano médio dos sinistros até a data base, ou seja, do número médio de casos avisados e do valor médio esperado de dano dos sinistros. Dessa forma, apura-se a IBNR através da diferença entre a frequência média e o número de casos efetivamente avisados no mês de cálculo, a diferença resulta os casos ocorridos e não avisados os quais serão multiplicados pelo valor do dano médio apurado no mês. A metodologia acima explanada está prevista em NTA e a Seguradora iniciou sua adoção em novembro de 2013. (g) A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) é constituída para ajustar, quando necessário, a PSL e a IBNR através do cálculo do desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, mas cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Dessa forma, caso houver diferença entre o cálculo do desenvolvimento e a provisão informada deverá ser constituída a IBNER para ajustar a provisão ao montante mais aproximado da liquidação. Na data de 31 de dezembro de 2013 não foi apurada IBNER a ser constituída. (h) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é uma soma das despesas relativas às indenizações de sinistros. A PDR é constituída através das soma de dois fatores: a soma dos valores das despesas relacionadas aos sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento e a expectativa dos valores das despesas relacionadas com sinistros. Toda a metodologia de cálculo está evidenciada em NTA, contudo, a provisão não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2013. **2.1.2. Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test (LAT)):** Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros que incluem despesas de aquisição diferidas e valores de negócios adquiridos - VOBA (*Value of Business Acquired*) originado de combinações de negócios. Para esse teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características) de risco semelhantes, e o conseqüente, como os respectivos custos de aquisição são gerenciados em conjunto pela administração. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Para apuração do LAT utilizou-se a sinistralidade do mercado de crédito interno disponível no site eletrônico da SUSEP cujo percentual é de 41%, adotado por ser superior à sinistralidade histórica da Seguradora. Além da sinistralidade e da ETTJ levou-se em consideração o resseguro. A Seguradora repassa em resseguro 95%, em média, dos prêmios emitidos, conforme demonstrado na nota 8. As demais premissas relacionadas no CPC 11 não foram utilizadas pela Seguradora ou por não terem impacto significativo no cálculo ou por não serem aplicadas aos produtos comercializados. O teste de adequação dos passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros. **2.12. Principais tributos:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor (Nota 17). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora apura prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa somente serão reconhecidos em itens de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado se houver provabilidade de realização de tais créditos. Embora não seja reconhecido no balanço patrimonial, devido à ausência de registro de obrigação, a Seguradora mantém crédito tributário não ativado, em controle fiscal, no montante de R\$ 1.597 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.279 em 31 de dezembro de 2012) conforme legislação fiscal vigente. **2.13. Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência conforme os serviços são prestados pelos funcionários. **2.14. Capital social:** O capital social da Seguradora corresponde a capital estrangeiro e está representado por 19.500.353 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 14). **2.15. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras até o final de dezembro de 2013. **2.16. Ações da Seguradora:** **2.16.1. Ações contábeis:** Para reconhecimento de receita: **2.16.1.1. Ações em circulação:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui a seguinte: (a) Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são reconhecidas nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é retido, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. (b) A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo o valor contábil dos ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** **2.17.1. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** A norma foi publicada pelo IASB, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ou ambos e são obrigatórias para os períodos subsequentes ao iniciado em 01 de janeiro de 2013 somente, quando da aprovação das mesmas pela SUSEP. Emitido em novembro de 2009, esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2015. **2.17.2. Legislação tributária:** Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre: (a) A reorganização da Sinistralidade de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (b) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Seguradora está avaliando os impactos da Medida Provisória e estima que não haverá efeitos contábeis relevantes. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como relevantes, itens significativos cujos valores são determinados com base na melhor estimativa que incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos e o valor de realização ou recuperável, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. **3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar, desta forma, adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e outros fatores que entende como relevantes e utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis para experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da melhor maneira possível. São classificadas como (a) perdas prováveis, onde a perda é provável, onde são constituídas provisões; (b) perdas possíveis, onde são divulgadas, quando relevantes; e (c) perdas remotas, onde não requerem provisão e divulgação. Essas classificações são avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela administração da Seguradora. Os valores são baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente. Até a presente data a Seguradora não é parte em nenhuma ação ou processo judicial. **3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora não é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando aplicáveis, a Seguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Seguradora utiliza sua melhor julgamento sobre estes casos. **3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros:** A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, ou seja, sua determinação requer o julgamento de uma perda por impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor justo de um investimento é menor que seu custo e fluxo de caixa operacional e financeiro. **4. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros:** **4.1. Gestão de riscos de seguro:** A Seguradora tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Seguradora são: (a) manutenção de controle centralizado de subscrição para garantir que as políticas e os procedimentos da Seguradora sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; (b) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (c) risco de subscrição oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto as incertezas existentes na estimativa das provisões, considerando a ausência de experiência da Seguradora local no mercado segurador brasileiro, fica estabelecida como parâmetro de precificação a tarifa de prêmio adotada pela Crédito e Caução Seguradora, baseado nos resultados estáveis de subscrição alcançados nos exercícios anteriores, de mais de 80 anos, que, aliado a oportuna linha de contratação mantida neste seguro, avalizam a suficiência global das tarifas adotadas. A tomada de decisão é efetuada somente após análise do resultado dos seguintes procedimentos: • Gestão de sinistralidade; • Identificação de concentração de uma carteira em um setor de atividade econômica; • Identificação de crise na economia local ou mundial que afetem no agravamento dos riscos de créditos; • Análise do comportamento dos segurados no que concerne à preservação do bem segurável e quanto à regularidade no cumprimento de suas obrigações contratuais. As operações de seguro de crédito e garantias somente são aceitas mediante cobertura de resseguro. Quando do aviso de sinistro a Seguradora registra a "reserva de sinistro inicial" levando em consideração o montante significativo onde a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo e fluxo de caixa operacional e financeiro. **4.2. Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com rating de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela empresa Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., gestora dos investimentos e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Seguradora. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedade da Seguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

	2013	2012
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2013	2012
<i>(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por ação)</i>		
Variáveis emitidos	27.376	23.388
Prêmios ganhos	(4.872)	(4.969)
Prêmios ganhos	22.504	18.419
Sinistros ocorridos	(25.241)	(3.878)
Custos de aquisição	(3.007)	(2.544)
Outras receitas operacionais	-	4,5
Resultado com resseguro	8.341	(9.466)
Receitas com resseguro	25.142	4.144
Despesas com resseguro	(16.801)	(13.610)
Despesas administrativas	(5.614)	(4.221)
Despesas com tributos	(524)	(460)
Resultado financeiro	2.079	2.148
Resultado operacional	(1.462)	92
Resultado antes dos impostos e participações	(1.462)	92
Imposto de renda	-	(11)
Contribuição social	-	(11)
Participação sobre o resultado	(70)	(43)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(1.532)	27
Quantidade de ações (em milhares)	19.500	19.500
(Prejuízo)/lucro líquido por ação - R\$	(0,08)	0,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2012	2013
Piora de 10 p.p.s.	16.577	17.498
Piora de 5 p.p.s.	17.498	18.419
Canário base de 5 p.p.s.		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

8. Ativos de resseguro - provisões técnicas

	2013	2012
Sinistros administrativos pendentes de liquidação (PSL)	17.185	6.983
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	8.199	4.043
Total das provisões de sinistros	25.384	11.026
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas (PPNG)	15.184	10.939
Provisão Complementar de Prêmios (PCP)	-	746
Total das provisões de prêmios	15.184	11.685
Total de ativos de resseguro – provisões técnicas	40.568	22.711

A Seguradora repassa em resseguro 95%, em média, de seus prêmios emitidos nos ramos de crédito risco doméstico e crédito interno risco comercial para as seguintes resseguradoras com as quais mantém contrato de resseguro: • I. IRB Brasil Resseguros S.A. • II. J. Malucelli Resseguradora S.A.

9. Custos de aquisição diferidos: 9.1. Premissas: O Custo de Aquisição Diferido (DAC) é constituído com base nas comissões pagas aos corretores e tem por objetivo diferir as parcelas correspondentes ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método pro rata día. E o seu prazo de diferimento é de acordo com a vigência da apólice.

	2013	2012
Crédito interno	1.628	1.361
	1.628	1.361

9.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2013	2012
Saldo no início do exercício	1.361	1.099
(+) Constituições	19.039	14.678
(-) Amortizações	(18.772)	(14.416)
Saldo no final do exercício	1.628	1.361

9.3. Prazo de diferimento

2013					
1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano	Total
520	449	248	173	238	1.628
520	449	248	173	238	1.628

2012					
1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano	Total
417	375	209	155	205	1.361
417	375	209	155	205	1.361

10. Imobilizado

2013				
Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Equipamentos	20	96	(9)	87
Móveis	10	50	(4)	46
Veículos	20	53	(15)	38
	199		(28)	171

2012				
Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Equipamentos	20	15	(2)	13
Móveis	10	39	-	39
Veículos	20	53	(5)	48
Benefeitorias (*)	100	72	-	72
	179		(7)	172

(*) As benefeitorias representam os gastos incorridos na reforma para constituição da filial e que será amortizada durante a vigência do presente contrato de locação que findar-se-á em julho de 2013, todavia, ainda não fora registrada nenhuma amortização pois o ativo não está em uso, aguardando apenas os trâmites burocráticos e, assim que liberada a utilização e que de fato seja, amortizada será pelo período restante do contrato de locação do imóvel.

11. Passivos financeiros: 11.1. Composição das obrigações a pagar

	2013	2012
Fornecedores	113	91
Provisão para participações nos lucros	41	26
Outras obrigações	537	91
	691	208

11.1.1 Aging das obrigações a pagar

	2013	2012
De 1 a 90 dias	691	208
	691	208

12. Passivos de contratos de seguros: 12.1. Provisões técnicas por ramo

	2013				
	PPNG	PSL	IBNR	PCP	Total
Risco interno	20.217	17.254	8.337	-	45.808
Crédito doméstico risco comercial (run-off)	-	320	-	-	320
	20.217	17.574	8.337	-	46.128

	2012				
	PPNG	PSL	IBNR	PCP	Total
Risco interno	14.533	6.683	4.118	812	26.146
Crédito doméstico risco comercial (run-off)	-	407	-	-	407
	14.533	7.090	4.118	812	26.553

12.1.1. Composição do saldo de passivos de contratos de seguros

	2013	2012
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	20.217	(15.184)
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	17.574	(17.185)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	8.337	(8.199)
	46.128	(40.568)

12.1.2. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros

	2013		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	14.533	(10.939)	3.594
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	7.090	(6.983)	107
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	4.118	(4.043)	75
Provisão Complementar de Prêmios (PCP)	812	(746)	66
	26.553	(22.711)	3.842

Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

2013		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.533	(10.939)
Constituições	231.852	(178.142)
Reversões	(226.168)	173.897
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.217	(15.184)

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

2013		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.090	(6.983)
Sinistros avisados e ajustados no período	40.360	(39.879)
Sinistros pagos	(10.794)	10.709
Sinistros baixados	(19.082)	18.968
Saldo em 31 de dezembro de 2013	17.574	(17.185)

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

2013		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.118	(4.043)
Constituições	77.895	(77.023)
Reversões	(73.676)	72.867
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.337	(8.199)

Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

2013		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2012	812	(746)
Amortização	(812)	746
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-

Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

2012		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.218	(7.777)
Constituições	166.907	(129.223)
Reversões	(162.592)	126.061
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.533	(10.939)

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

2012		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.309	(5.264)
Sinistros avisados e ajustados no período	9.411	(9.296)
Sinistros pagos	(6.556)	5.515
Sinistros baixados	(2.074)	2.062
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.090	(6.983)

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

2012		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.118	(4.043)
Constituições	77.499	(74.305)
Reversões	(80.906)	77.385
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.118	(4.043)

Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

2012		
Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2011	157	(118)
Constituições	6.638	(6.217)
Reversões	(5.983)	5.589
Saldo em 31 de dezembro de 2012	812	(746)

12.1.3. Garantias dos passivos de contratos de seguros

	2013	2012
Provisões técnicas de seguros	46.128	26.553
Provisões técnicas de ativo de resseguro	(40.568)	(22.711)
Total a ser coberto	5.560	3.842
Letras Financeiras do Tesouro	7.205	6.690
Total de ativos financeiros oferecidos em cobertura	7.205	6.690

12.2. Débitos das operações com seguros e resseguros

	2013	2012
Operações com resseguradoras	10.412	8.582
Corretores de seguros e resseguro	957	897
	11.369	9.479

13. Impostos, contribuições e encargos sociais a recolher

	2013	2012
Impostos e contribuições	49	69
Imposto de renda	-	11
Contribuição social	-	11
PIS e COFINS	49	47
Impostos e encargos sociais a recolher	686	568
Contribuições previdenciárias	74	28
Imposto sobre operações financeiras	543	508
Imposto de renda retido na fonte	61	27
Outros impostos retidos	8	5
	735	637

14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital Social: Corresponde ao capital estrangeiro e está representado por 19.500.353 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **14.2. Cálculo**

do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência: Para a apuração da suficiência do capital da Seguradora nas suas operações subtrai-se do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), calculado conforme Resolução CNSP nº 222/10, o Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) é constituído da seguinte forma: Até 31 de dezembro de 2012, considerava-se o maior valor entre a margem de solvência e a soma do capital base e o capital adicional de risco conforme estabelecido pela Resolução CNSP nº 227/10. Com a revogação da referida norma pela Resolução CNSP nº 282/13, a partir de janeiro de 2013, considera-se o maior valor entre o capital base, o capital adicional de risco e a margem de solvência. A Margem de Solvência (MS) é calculada considerando o maior valor entre (i) 20% do total dos prêmios retidos líquidos dos últimos 12 meses ou (ii) 33% da média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses, segundo a Resolução CNSP nº 282/13. O capital de risco (iii) é calculado com a ponderação das parcelas de subscrição R\$ 1.437 (R\$ 1.172 - 2012), de crédito R\$ 1.662 (R\$ 1.967 - 2012) e operacional R\$ 189, segundo a Resolução CNSP nº 282/13.

	2013	2012
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	16.438	17.966
Patrimônio líquido	16.438	17.970
Ajustes	-	(4)
(A) Margem de solvência (maior entre i e ii)	135	1.213
20% do prêmio retido anual médio dos últimos 12 meses (i)	135	135
33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses (ii)	65	13
(B) Capital base	15.000	15.000
(C) Capital adicional de risco	2.875	3.139
Capital de risco de subscrição	1.437	1.172
Capital de risco de crédito	1.662	1.967
Capital de risco operacional	189	N/A
Capital mínimo requerido (CMR)	15.000	18.139
2013 – maior valor entre A, B e C	-	18.139
2012 – maior valor entre A e (B+C)	-	-

Suficiência/Insuficiência de capital (PLA - CMR)

	2013	2012
14.3. Dividendos: De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.	1.438	(173)

15. Detalhamento das contas do resultado

	2013	2012
Prêmios emitidos líquidos	27.376	23.388
Variação das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	(5.684)	(4.314)
Variação da Provisão Complementar de Prêmios (PCP)	812	(655)
Prêmios ganhos	22.504	18.419
Sinistros ocorridos	(25.241)	(3.878)
Indenizações avisadas	(21.277)	(7.327)
Despesas com sinistros	(167)	(37)
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(4.219)	3.407
Ressarcimentos	422	79
Custo de aquisição	(3.007)	(2.454)
Comissão sobre prêmios emitidos	(3.274)	(2.715)
Variação do Custo de Aquisição Diferido (DAC)	267	261
Outras receitas e despesas operacionais	-	4
Outras receitas operacionais	-	4
Resultado com resseguro	8.341	(9.466)
Receitas com resseguro	20.986	7.224
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	4.156	(3.080)
Despesas com resseguro	(22.123)	(17.532)
Cancelamentos de resseguro	1.493	13
Restituição de resseguro	749	197
Variação da despesa de resseguro	3.499	3.790
Ressarcimentos de resseguro	(419)	(78)
Despesas administrativas	(5.614)	(4.221)
Pessoal próprio	(3.466)	(2.690)
Serviços de terceiros	(1.130)	(800)
Localização e funcionamento	(742)	(496)
Publicidade e propaganda	(90)	(46)
Publicações	(80)	(122)
Administrativas diversas	(106)	(67)
Despesas com tributos	(524)	(460)
Tributos	(524)	(460)
Resultado financeiro	2.079	2.148
Receitas financeiras	2.167	2.231
Receita com títulos de renda fixa	547	504
Ajuste ao valor de mercado – LFT	-	-
Quotas de fundo de investimento abertos	1.079	1.131
Outras receitas	541	596
Despesas financeiras	(88)	(83)
Taxa de custódia de títulos	(88)	(81)
Ajuste ao valor de mercado - LFT	-	(2)
Resultado operacional	(1.462)	92

16. Índice de sinistralidade e comissionamento

	2013		2012	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Crédito interno	22.728	(25.321)	111	15
Crédito doméstico risco comercial (run-off) (*)	(224)	80	36	11
	22.504	(25.241)		